bro, adaptado à administração local pelo, também já dito Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a funcionária citada deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (A nomeação em causa encontra-se isenta de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, nos termos prescritos no artigo 114.º do capítulo IX da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, em conjugação com o n.º 1 do artigo 48.º da secção II do capítulo IV da referida lei e o artigo 130.º do capítulo XVII da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.)

4 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João António de Sousa Pais Lourenço*.

2611046370

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso n.º 17 400/2007

Concurso externo de ingresso para admissão de dois estagiários da carreira de psicologia

Torna-se público que, por despacho de 21 de Junho de 2007 do presidente da Câmara, foi autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento com as candidatas classificadas em 1.º e 2.º lugares no concurso em epígrafe, Amélia Maria Santos Pinto Carneiro e Joana Isabel Machado Moutinho Silva Mouta, para estágio da carreira de psicologia, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

Deverão as interessadas iniciar as respectivas funções no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2007. — O Vereador do Pelouro de Administração e Finanças, *Celestino Augusto Soares Portela*.

2611046287

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso n.º 17 401/2007

Álvaro dos Santos Beijinha, vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no uso da competência delegada pelo presidente, pelo despacho n.º 021/GAP/2005, de 8 de Novembro, faz público que esta Câmara Municipal, reunida em 30 de Agosto de 2007 e nos termos do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou submeter a discussão pública, por um prazo de 15 dias a contar do 8.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a operação de alteração ao loteamento com o alvará n.º 18/80, sito em Cumeadas, lote 4, processo de loteamento n.º 8/2007, em nome da FILIGALVA — Construção Civil, L.da, para o prédio sito em Cumeadas, Santiago do Cacém, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o n.º 2694/20060113, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3030 da respectiva freguesia.

A alteração consiste no aumento da área de implantação, da área bruta de construção, do número máximo de fogos e do número de pisos do lote 4, mantendo-se os restantes lotes inalterados.

Durante o prazo acima referido, o processo estará disponível, para consulta, na DGU (Divisão de Gestão Urbanística), nos Paços do Município e na Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, podendo ser formuladas sugestões ou reclamações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de licenciamento em causa.

As sugestões ou reclamações deverão ser dirigidas, por escrito, ao presidente, em exercício, da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

31 de Agosto de 2007. — O Vereador do Urbanismo, *Álvaro Beijinha*.

2611046238

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

Rectificação n.º 1520/2007

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2007, a p. 25 344, foi publicado com inexactidão o aviso n.º 544455 da Câmara Municipal do Seixal. Assim, no n.º 5.2, requisitos especiais, onde se lê «Ref.ª n.º 36/2007» deve ler-se «Ref.ª n.º 39/2007» e onde se lê «Ref.ª n.º 39/2007» deve ler-se «Ref.ª n.º 36/2007».

31 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Joaquim Cesário Cardador dos Santos*.

2611046433

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

Aviso (extracto) n.º 17 402/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 3 de Setembro do corrente ano, nomeei para as categorias de técnico superior, engenheiro civil assessor principal, Manuel Tavares Marques, técnico profissional, fiscal municipal de 1.ª classe, Anabela Bastos Pereira e Norberto Fernandes, operário qualificado, operário principal (calceteiro), António Fernandes de Sousa Pinto, operário qualificado, operário principal (carpinteiro de limpos), Américo Almeida Soares, Júlio Soares Rodrigues e Rui Pedro Pinho Soares, operário qualificado, operário principal (electricista), Manuel Martinho Dias de Sousa, precedendo concursos, os quais deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

3 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José António Bastos da Silva*.

2611046445

CÂMARA MUNICIPAL DE VELAS

Aviso n.º 17 403/2007

Abertura de concursos internos de acesso geral

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 4 de Setembro corrente, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 28.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os concursos internos de acesso geral a seguir indicados:

I — 1 lugar de operário qualificado principal, da carreira de cantoneiro de arruamentos;

II — 11 lugares de operário qualificado principal, da carreira de pedreiro;

III — 1 lugar de assistente administrativo especialista, do grupo de pessoal administrativo;

IV — 1 lugar de tesoureiro principal, do grupo de pessoal administrativo.

2 — Os presentes concursos são abertos ao abrigo da legislação regulamentadora da matéria, designadamente os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, 248/85, de 15 de Julho, 247/87, de 17 de Junho, 518/99, de 10 de Dezembro, e 141/2001, de 24 de Abril.

3 — O local de trabalho será na área do município de Velas para os lugares de operário e no edifício dos Paços do Município para os lugares do grupo de pessoal administrativo.

4 — Os concursos são válidos somente para as vagas postas a concurso e caducam com o respectivo preenchimento.

5 — Conteúdos funcionais:

5.1 — Concursos I e II — o constante do despacho n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990, do SEALOT;

5.2 — Concursos III e IV — o constante do despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989, do SEALOT.

6 — Requisitos para admissão aos concursos:

6.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

6.2 — Requisitos especiais:

Concursos I e II — o constante do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Concurso III — o constante da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Concurso IV — o constante da alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Os interessados deverão dirigir ao presidente da Câmara Municipal de Velas, Rua de São João, 9800-539 Velas, São Jorge, Açores, dentro do prazo estabelecido, requerimento, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, e dele devem constar elementos de identificação do candidato (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço

de identificação emissor, número de contribuinte e residência completa). Deve ainda constar a designação do concurso, bem como o número, a data e a série do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura; habilitações literárias; categoria que actualmente detém no serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço efectivo na actual categoria, na carreira e na função pública, e ainda quaisquer outros elementos que os candidatos considerem susceptíveis na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

8 — O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, de:

- a) *Curriculum vitae* detalhado e devidamente assinado, donde constem as habilitações literárias e profissionais, as funções que exerce e as desempenhadas anteriormente, e correspondentes períodos, bem como a formação profissional detida, devendo ser apresentada a respectiva comprovação através de documento autêntico ou autenticado;
- b) Declaração devidamente autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de maneira inequívoca, a antiguidade do candidato, bem como a natureza do vínculo;
- c) Fotocópia autenticada ou confirmada das classificações de serviço ou declaração emitida pelo serviço em que conste a expressão quantitativa das classificações reportadas aos anos em que foram atribuídas;
- d) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte;
- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

9 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal desta autarquia ficam dispensados da apresentação dos documentos indicados no número anterior desde que constem dos respectivos processos individuais.

10 — É dispensada inicialmente aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos da situação dos candidatos em relação ao disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, à excepção dos constantes no número anterior, desde que para tal declarem, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.

11 — O disposto nos números anteriores não impede que o júri exija a qualquer dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações, em caso de dúvida.

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — Selecção dos candidatos:

13.1 — O método de selecção será uma prova prática de conhecimentos para os concursos do grupo de pessoal operário, designadamente:

Concurso I — cantoneiro de arruamentos — cortes em árvores em bermas de estrada;

Concurso II — pedreiro — aparelhar pedra em grosso.

A prova prática terá a duração de uma hora e será pontuada de 0 a 20 valores, de acordo com os seguintes critérios:

Muito perfeito — 17 a 20 valores;

Perfeito — 13 a 16 valores;

Pouco perfeito — 10 a 12 valores;

Imperfeito — 0 a 9 valores.

13.2 — O método de selecção para o grupo de pessoal administrativo (assistente administrativo especialista e tesoureiro principal) será prova escrita de conhecimentos, com a duração de duas horas, pontuada de 0 a 20 valores e versará a seguinte legislação, com consulta da mesma:

Autarquias locais — Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e sua alteração pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Declaração de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro;

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Férias, faltas e licenças — Decretos-Leis n.ºs 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, 169/2006, de 17 de Agosto, e 181/2007, de 9 de Maio;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, de 17 de Março — carta deontológica do serviço público;

Finanças locais — Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e Declaração de Rectificação n.º 14/2007, de 15 de Fevereiro;

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais — Decretos-Leis n.ºs 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações dadas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, 315/2000, de 2 de Dezembro, e 84-A/2002, de 5 de Abril;

Código do Procedimento Administrativo — aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Regras e princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

Regime de empreitadas e fornecimentos — Decretos-Leis n.ºs 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro, e 159/2000, de 27 de Julho, Portaria n.º 660/99, de 17 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 348-A/86, de 16 de Outubro, e 197/99, de 8 de Junho.

14 — Os critérios de apreciação e ponderação das provas a prestar constarão das actas das reuniões do júri do concurso, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15 — A composição do júri para todos os concursos será a seguinte:

Presidente — Maria Isabel Góis Teixeira, vereadora a tempo inteiro.
Vogais efectivos:

Maria de Lurdes de Oliveira Simões, chefe de divisão Administrativa e Financeira.

Manuel Luciano Bettencourt Ávila, chefe de secção de Taxas e Licenças, Obras e Loteamentos.

Vogais suplentes:

Alberto Jorge Maciel Rodrigues, vereador.

Teresa Paula Blayer Góis, chefe de secção de Administração Geral.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

16 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, e no *Jornal Oficial*, 2.ª série, ou afixadas no átrio do edifício dos Paços do Município de Velas, conforme as situações previstas nos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — Realização das provas — os candidatos admitidos serão notificados do dia da realização das provas de conhecimentos, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Bettencourt da Silveira*.

2611046162

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso (extracto) n.º 17 404/2007

Torna-se público de que a presidente da Câmara, por despacho exarado em 22 de Agosto de 2007, autorizou a anulação do pedido de licença sem vencimento por um ano, publicado por aviso n.º 14 136/2007, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 3 de Agosto de 2007, solicitado pela auxiliar de acção educativa, nível 1, Esmeralda Duarte Marques.

31 de Agosto de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

2611046255

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 17 405/2007

Em cumprimento do disposto na alínea *c*) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se pública a exoneração da funcionária Maria Laura da Rocha Moreira Soares, auxiliar técnica de BAD, com efeitos a partir de 10 de Setembro.

5 de Setembro de 2007. — O Director Municipal de Administração Geral, por delegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*.

2611046327